

# O trabalho e seus sentidos<sup>1</sup>

Ricardo Antunes

## DIMENSÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS RESPOSTAS

A crise que aflorou em fins de 60 e início de 70 - que em verdade era expressão de uma crise estrutural do capital - fez com que, entre tantas outras conseqüências, o mundo produtivo implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando a recuperação do seu ciclo de expansão e, ao mesmo tempo, recompor seu projeto de dominação societal, que foi abalado pela confrontação do trabalho dos anos 60, que questionou alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social.

Deflagrou-se, então, um conjunto de transformações no próprio processo de produção de mercadorias (Kurz, 1992), através da constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês. Estas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural.

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. O fez, por exemplo, no plano ideológico, através do culto de um *subjetivismo* e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social. (Bihl, 1998)

Estas mutações, iniciadas nos anos 70 e em grande medida ainda em curso têm, entretanto, gerado mais *dissenso* que *consenso*. Segundo alguns autores, elas seriam responsáveis pela instauração de *uma nova forma de organização industrial* e de relacionamento entre o capital e o trabalho, mais favorável quando comparada ao taylorismo/fordismo, uma vez que possibilitaram o advento de um trabalhador mais *qualificado, participativo, multifuncional, polivalente*, dotado de uma “maior realização no espaço do trabalho”. Esta interpretação vem encontrando muitos seguidores que, mais ou menos próximos à tese da *especialização flexível*, defendem as chamadas “características inovadoras” da “nova fase”, mais apropriada a uma interação entre o capital e o trabalho e, neste sentido, superadora das contradições básicas constitutivas da sociedade capitalista.

Segundo outros, as mudanças encontradas não caminhariam na direção de uma “japonização ou toyotização da indústria”, mas sim estariam *intensificando tendências existentes*, que não configurariam, portanto, uma *nova forma de organização do trabalho*. Ao contrário, no contexto das economias capitalistas avançadas, seria possível perceber uma reconfiguração do “*poder no local de trabalho e no próprio mercado de trabalho, muito mais em favor dos empregadores do que dos trabalhadores*.” (Tomaney, 1996: 157/8 Ver também Pollert, 1996, Stephenson, 1996, Ackers, Smith e Smith, 1996, entre outros).

Ainda que próximos deste enfoque crítico, outros autores procuram acentuar tanto os elementos de *continuidade* com o padrão produtivo anterior, como também os elementos de *descontinuidade*, mas *retendo o caráter essencialmente capitalista do modo de produção vigente e de seus pilares fundamentais*. Neste universo temático, tematizam acerca da necessidade de se apontar para a especificidade destas mutações e as conseqüências que elas exercem no interior do sistema de produção capitalista, onde estaria ocorrendo a emergência de “um regime de acumulação flexível nascido desde 1973”, que se caracteriza pela nova “divisão de mercados, desemprego, divisão global do trabalho, capital volátil, fechamento de plantas industriais, reorganização financeira e tecnológica”, entre tantas mutações que marcam essa nova fase da produção capitalista. (Harvey, 1992 e 1996)

Isso levou a Juan J. Castillo, sugestivamente, denominar como um processo de *liofilização organizativa*, através da eliminação, transferência, terceirização e enxugamento de unidades produtivas. (Castillo, 1996: 68 e 1996a)

É com maior afinidade a esta linhagem que nossa reflexão se insere: as mutações em cursos são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação. E é neste sentido que o processo de acumulação flexível, com base nos exemplos da Califórnia, Norte da Itália, Suécia, Alemanha, entre tantos outros

que se sucederam, bem como as distintas manifestações do toyotismo ou o modelo japonês, devem ser objeto de reflexão crítica. Começemos pela questão da *lifo*filização organizativa da “empresa enxuta”.

## A LIOFILIZAÇÃO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO NA FÁBRICA TOYOTIZADA: AS NOVAS FORMAS DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Tentando reter seus traços constitutivos mais gerais, é possível dizer que o padrão de *acumulação flexível* articula um conjunto de elementos de *continuidade* e de *descontinuidade*, que acabam por conformar algo *relativamente* distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação. Ele se fundamenta numa organização sócio-técnica do trabalho, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à deslocalização produtiva, à terceirização, dentro e fora das empresas, etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semi-autônomos”, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado (Antunes, 1995). O “trabalho polivalente”, “multifuncional”, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho.

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a da *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo ou eliminando em muito tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria valor, ou suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo*. Reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da “fábrica moderna”.

Se no apogeu do taylorismo/fordismo a pujança de uma empresa mensurava-se pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa, pode-se dizer que, na era da *acumulação flexível* e da “empresa enxuta”, merecem destaque, e são citadas como exemplos a serem seguidos, aquelas empresas que dispõem de *menor* contingente de força de trabalho e que, apesar disso tem maiores índices de produtividade.

Algumas das repercussões destas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são elimina-

dos cotidianamente em praticamente todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um “sindicalismo de empresa”.

Dentre os experimentos do capital, que se diferenciavam do binômio taylorismo/fordismo, pode-se dizer que o “toyotismo” ou o “modelo japonês” encontrou maior repercussão, quando comparado ao exemplo sueco, à experiência do norte da Itália (Terceira Itália), à experiência dos EUA (do Vale do Silício) e da Alemanha, entre outros.

O sistema industrial japonês, a partir dos anos 70, teve grande impacto no mundo ocidental, quando se mostrou, para os países avançados, como uma opção possível para a superação capitalista da crise. Naturalmente, a “transferibilidade” do toyotismo carecia, para sua implantação no Ocidente, das inevitáveis adaptações às singularidades e particularidades de cada país. Seu desenho organizacional, seu avanço tecnológico, sua capacidade de extração intensificada do trabalho, bem como a combinação de trabalho em equipe, os mecanismos de envolvimento, o controle sindical, eram vistos pelos capitais do Ocidente como uma via possível de superação de sua crise de acumulação.

E foi nesta contextualidade que se presenciou a expansão para o Ocidente, da *via japonesa de consolidação do capitalismo industrial*. (Ver, sobre o toyotismo, Gounet, 1997; 1992 e 1991; Shimizu; 1994; Ichiyo, 1995; Coriat, 1992; Sayer; 1986 e Kamata, 1985).

Inspirando-se inicialmente na experiência do ramo têxtil, onde o trabalhador operava simultaneamente várias máquinas e posteriormente na importação das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que deram origem ao *kanban*, o toyotismo também ofereceu uma resposta à crise financeira japonesa do pós-guerra, aumentando a produção sem aumentar o contingente de trabalhadores. A partir do momento em que este receituário se amplia para o conjunto das empresas japonesas, seu resultado foi a retomada de um patamar de produção que levou o Japão, num curtíssimo período, a atingir padrões de produtividade e índices de acumulação capitalista altíssimos.

A racionalização do processo produtivo, dotada de forte *disciplinamento* da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar *formas de capital e de trabalho intensivo*, caracterizou a *via toyotista de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Japão* e seu processo de *lifofilização organizacional e do trabalho*. O trabalho em equipe, a transferência das responsabilidades de elaboração e controle da qualidade da produção, anteriormente realizadas pela gerência científica e agora interiorizadas na própria ação dos trabalhadores, deu origem ao *management by stress* (Gounet, 1997:77)

Como mostrou o clássico depoimento de Satochi Kamata, a racionalização da Toyota Motor Company, empreendida em seu processo de constituição, “*não é tanto para economizar trabalho mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% de ‘movimentos desperdiçados’ são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização da Toyota é a história da redução de trabalhadores e esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores, alcança surpreendente aumento na sua produção. Todo tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção*”. (Kamata, 1982:199)

O processo de produção de tipo toyotista, através dos *team work* supõe, portanto, uma *intensificação da exploração do trabalho*, quer pelo fato de que os operários trabalham simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer através do ritmo e da velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. Ou seja, *presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo, dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz*. Na fábrica Toyota, quando a luz está *verde*, o funcionamento é normal; com a indicação da cor *laranja*, atinge-se uma intensidade máxima e, quando a luz *vermelha* aparece, é porque houve problemas, devendo-se diminuir o ritmo produtivo. A apropriação das atividades *intelectuais* do trabalho, que advém da introdução de maquinaria automatizada e informatizada, aliada à intensificação do ritmo do processo de trabalho, configuraram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada de seu ciclo de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade. (Ichiyo, 1995; Gounet, 1991; Coriat, 1992; Antunes: 1995 e 1999)

De modo que, *similarmente ao fordismo vigente ao longo do século XX, mas seguindo um receituário diferenciado, o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais valia. Se lembrarmos que a proposta do governo japonês “é de aumentar o limite da jornada de trabalho (de 9 para 10 horas) e a jornada semanal de trabalho (de 48 para 52 horas)”*, tem-se um claro exemplo do que acima mencionamos. (Japan Press Weekly, fevereiro de 1998)

A expansão do trabalho *part time*, assim como as formas pelas quais o capital se utiliza da divisão *sexual* do trabalho e do crescimento dos trabalhadores imigrantes, cuja expressão são os *dekasseguis* executando trabalhos desqualificados e frequentemente ilegais, constituem-se claros exemplos da enorme tendência à intensificação e exploração da força de trabalho no universo do toyotismo. Este se estrutura *preservando* um número reduzido de trabalhadores dentro das empresas matrizes, mais *qualificados, multifuncionais* e envolvidos com o seu ideário, bem como *ampliando*, através do aumento das horas-extras, da terceirização no interior e fora das empresas, da contratação de trabalhadores temporários etc. - opções estas que são diferen-

ciadas em função das condições do mercado em que se inserem. Quanto mais se distancia das empresas principais, maior tende a ser a precarização do trabalho. Por isso os trabalhadores da Toyota trabalham cerca “de 2.300 horas por ano enquanto os trabalhadores das empresas subcontratadas chegam a trabalhar 2.800 horas”. (Gounet, 1997: 78)

A transferibilidade do toyotismo, *ou de parte do seu receituário*, mostrou-se, portanto, de enorme interesse para o capital ocidental, em crise desde o início dos anos 70. Claro que sua adaptabilidade, em maior ou menor escala, estava necessariamente condicionada às singularidades e particularidades de cada país, tanto no que diz respeito às condições económicas, sociais, políticas, ideológicas, bem como à inserção destes países na divisão internacional do trabalho, aos seus respectivos movimentos sindicais, às condições do mercado de trabalho, entre tantos outros pontos presentes quando da incorporação (de elementos) do toyotismo.

A vigência do neoliberalismo, ou de políticas sob sua influência, propiciaram condições em grande medida favoráveis à adaptação *diferenciada* de elementos do toyotismo no Ocidente. Sendo o *processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideo-político neoliberal*, a estrutura sob a qual se erige o *ideário* e a *pragmática* neoliberal, não foi difícil perceber que, desde fins de 70 e início de 80, o mundo capitalista ocidental começou a desenvolver técnicas similares ao toyotismo. Este mostrava-se como o mais avançado experimento de reestruturação produtiva, originado do próprio *fordismo* japonês e posteriormente convertido em uma *via singular de acumulação capitalista*, capaz de operar um enorme avanço no capitalismo no Japão, derrotado no pós-guerra e reconvertido à condição de país de enorme destaque no mundo capitalista dos fins dos anos 70.

Esta assimilação do toyotismo vem sendo realizada por praticamente todas as grandes empresas, inicialmente no ramo automobilístico e, posteriormente, propagando-se também para o setor industrial em geral e para vários ramos do setor de serviços, tanto nos países centrais, quanto nos países de industrialização intermediária. E esse processo foi responsável pela nova configuração da classe trabalhadora e também pela acentuação das formas de precarização do trabalho.

## AS MUTAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: A FORMA DE SER DA CLASSE TRABALHADORA HOJE

Esta forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada na *recengenharia*, na *empresa enxuta*, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital, teve consequências enormes no mundo do trabalho. A classe trabalhadora *fragmentou-se*, *heterogeneizou-se* e *complexificou-se* ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores onde houve uma relativa *intelectualização* do trabalho, mas *desqualificou-se* e *precarizou-se* em diversos ramos, como na indústria automobilística, onde o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar

na redução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc.

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “*polivalente e multifuncional*” da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

Avançando conceitualmente podemos dizer que a classe trabalhadora hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo *central* os trabalhadores *produtivos* (no sentido dado por Marx, especialmente no *Capítulo VI, Inédito*, 1994). Ela não se restringe, portanto, ao *trabalho manual direto*, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a totalidade do *trabalho coletivo assalariado*. Sendo o trabalhador *produtivo* aquele que produz diretamente mais *valia* e que participa *diretamente do processo de valorização do capital*, ele *detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora*, encontrando no *proletariado industrial* o seu núcleo principal.

Portanto, o *trabalho produtivo*, onde se encontra o proletariado, no entendimento que fazemos de Marx, *não se restringe ao trabalho manual direto, incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que não são diretamente manuais*.

Mas a *classe trabalhadora* engloba também os trabalhadores *improdutivos*, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem enquanto elemento diretamente produtivo, enquanto elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como *valor de uso* e não enquanto trabalho que cria *valor de troca*. O *trabalho improdutivo* abrange um *amplo leque* de assalariados que não criam diretamente valor. São aqueles que se constituem em trabalhadores não-produtivos, geradores de anti-valor no processo de trabalho capitalista, mas que são necessários para a sobrevivência do sistema.

Considerando, portanto, que todo *trabalhador produtivo é assalariado* e nem todo *trabalhador assalariado é produtivo*, uma noção contemporânea de *classe trabalhadora*, vista de modo *ampliado*, deve, em nosso entendimento, incorporar a *totalidade do trabalhadores assalariados*. Isso não elide o *papel de centralidade do trabalhador produtivo, do trabalho social coletivo*, criador de valores de troca, do *proletariado industrial moderno* no conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho*, o que nos parece por demais evidente, quando a referência é dada pela formulação de Marx. Mas, como há uma crescente *imbricação* entre trabalho *produtivo e improdutivo* no capitalismo contemporâneo, e como a classe trabalhadora incorpora estas duas dimensões básicas do

trabalho sob o capitalismo, esta *noção ampliada* nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos McDonalds, os *trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon (1995), os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *hiofilizadas* de que falou Juan José Castillo (1996 e 1996<sup>a</sup>), os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital, e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural*.

A classe trabalhadora hoje *exclui*, naturalmente, os *gestores do capital*, seus *altos funcionários*, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. *Exclui* também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural *proprietária*. (Antunes, 1999 e 2005)

Na nova composição da classe trabalhadora presencia-se, como vimos anteriormente, um aumento significativo do trabalho feminino, que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part time*, precarizado e desregulamentado. No Reino Unido, por exemplo, o contingente feminino superou recentemente o masculino na composição da força de trabalho. Sabe-se que esta expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, onde a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo freqüentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho.

Na *divisão sexual do trabalho*, operada pelo capital dentro do *espaço fabril*, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em *capital intensivo* são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e freqüentemente fundadas em *trabalho intensivo*, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito freqüentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as).

A mulher trabalhadora ainda realiza sua atividade laborativa *duplamente*, *dentro e fora de casa*, *dentro e fora da fábrica*. E, ao fazê-lo, além da *duplicidade do ato laborativo*, ela é duplamente



explorada pelo capital: desde logo por exercer, no seu *espaço público*, seu trabalho *produtivo* no âmbito fabril. Mas, no universo da sua *vida privada*, consome horas decisivas de sua vida no *trabalho doméstico*, onde possibilita (ao mesmo capital) a sua *reprodução*, nesta esfera do *trabalho não-diretamente mercantil*, onde se criam as *condições indispensáveis para a reprodução* da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem esta esfera da *reprodução não-diretamente mercantil*, as condições de *reprodução* do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, senão inviabilizadas.

Estas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc, sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho.

Ao contrário, entretanto, daqueles que defendem o “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual, o desafio maior da *classe-que-vive-do-trabalho* é soldar os laços de *pertencimento de classe* existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. E, desse modo, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais a margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des)sociabilização.

Estas transformações em curso não possibilitam, portanto, conferir estatuto de validade teórica às teses sobre o *fim do trabalho no modo de produção capitalista*. O que se evidencia ainda mais quando se constata que a maior parte da força de trabalho encontra-se dentro dos países do chamado Terceiro Mundo, onde as tendências anteriormente apontadas têm inclusive um ritmo bastante *particularizado e diferenciado*. Restringir-se à Alemanha ou à França e, a partir daí, fazer *generalizações e universalizações* sobre o *fim do trabalho* ou da *classe trabalhadora*, desconsiderando o que se passa em países como Índia, China, Brasil, México, Coreia do Sul, Rússia, Argentina etc, para não falar do Japão, configura-se como um equívoco de grande significado.

## OS SENTIDOS DO TRABALHO

Ao contrário, portanto, das teses que propugnam o *descentramento* da categoria trabalho, as tendências em curso configuram-se como elementos suficientes para evidenciar as formas contemporâneas da centralidade do trabalho. E, desse modo, esboçar a *crítica da crítica*.

Ainda que presenciando uma redução quantitativa (com repercussões qualitativas) no mundo produtivo, o *trabalho abstrato* cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. A *redução*

do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado, não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expressão de múltiplas atividades combinadas (Antunes, 2005).

Quando se fala da crise da sociedade do trabalho, é absolutamente necessário qualificar de que dimensão se está tratando: se é uma crise da sociedade do *trabalho abstrato* ou se se trata da crise do trabalho também em sua dimensão *concreta*, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (como sugerem Offe, 1989; Gorz, 1990; Habermas (1991 e 1992; Dominique Méda, 1997; Rifkin, 1995, entre tantos outros). No primeiro caso, da crise da sociedade do trabalho abstrato, há uma diferenciação que nos parece decisiva e que em geral tem sido negligenciada. *A questão essencial aqui é: a sociedade contemporânea é ou não predominantemente movida pela lógica do capital, pelo sistema produtor de mercadorias, pelo processo de valorização do capital?* Se a resposta for afirmativa, a crise do trabalho abstrato somente poderá ser entendida como a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto.

Creemos que sem a precisa e decisiva incorporação desta distinção entre trabalho concreto e abstrato, quando se diz *adeus ao trabalho*, comete-se um forte equívoco analítico, pois considera-se de maneira uma um fenômeno que tem dupla dimensão. (Antunes, 1995)

Enquanto criador de valores de uso, coisas úteis, forma de intercâmbio entre o ser social e a natureza, não nos parece plausível conceber-se, no universo da sociabilidade humana, a extinção do trabalho social. Se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato - ação esta naturalmente articulada com o fim da sociedade produtora de mercadorias - é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil, como atividade vital, como elemento fundante, protoforma da atividade humana. Em outras palavras: *uma coisa é conceber, com a eliminação do capital e de seu sistema de metabolismo social, o fim do trabalho abstrato, do trabalho estranhado e alienado; outra, muito distinta, é conceber a eliminação, no universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, que cria coisas socialmente úteis e que, ao fazê-lo, (auto)transforma o seu próprio criador.*

Uma vez que se conceba o trabalho desprovido desta sua dupla dimensão, resta identificá-lo como sinônimo de trabalho abstrato, trabalho estranhado e fetichizado. A consequência que disto decorre é, então, na melhor das hipóteses, imaginar uma sociedade do "tempo livre", com algum sentido, mas que conviva com as formas existentes de trabalho estranhado e fetichizado.

Quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, enquanto expressão do *trabalho social*, que é mais *complexificado*, *socialmente combinado* e ainda mais *intensificado* nos seus ritmos e processos, não podemos concordar com as teses que minimizam ou mesmo

desconsideram o processo de criação de valores de troca. Ao contrário, defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua *lei do valor* necessitam cada vez *menos* do trabalho *estável* e cada vez *mais* das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

Exatamente porque o capital não pode eliminar o *trabalho vivo* do processo de criação de valores, ele deve aumentar a *utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobrc-trabalho em tempo cada vez mais reduzido*. Portanto, uma coisa é *ter a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante*. Outra, muito diversa, é *imaginar que eliminando o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo*. A redução do proletariado estável, herdeiro do taylorismo/fordismo, a ampliação do *trabalho intelectual abstrato* no interior das plantas produtivas modernas, e a ampliação generalizada das formas de trabalho precarizado, *part-time*, terceirizado, desenvolvidas intensamente na “era da empresa flexível” e da desverticalização produtiva, *são fortes exemplos da vigência da lei do valor*, uma vez que é própria forma assumida pela centralidade do trabalho abstrato que produz as formas de descentramento do trabalho, presentes na expansão monumental do desemprego estrutural.

Quando concebermos a forma contemporânea do trabalho, também não podemos concordar com a tese da transformação da ciência na principal força produtiva, em substituição ao valor-trabalho, que ter-se-ia tornado inoperante (conforme a tese de Habermas, 1975). Esta formulação, ao “substituir” a tese do valor-trabalho pela conversão da ciência em principal força produtiva acaba por desconsiderar um elemento essencial dado pela complexidade das relações entre a teoria do valor e a do conhecimento científico. Ou seja, parece desconsiderar que o trabalho vivo, em *interação* com a ciência e a tecnologia, constitui uma complexa e contraditória *relação social capitalista*, que tolhe e limita a expansão *autônoma* da ciência. Não se trata de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece o papel crescente da ciência, mas que esta se encontra tolhida em sua possibilidade de desenvolvimento autônomo pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não pode superar. E é por esta restrição estrutural, que *libera e mesmo impele a expansão da ciência para o incremento último da produção de valores de troca, que impede o salto qualitativo societal para uma sociedade produtora de bens úteis segundo a lógica do tempo disponível*. Por isso a ciência não pode se converter na principal força produtiva dotada de autonomia. Prisioneira desta base material, menos do que uma *cientificização da tecnologia* há, conforme sugere Mészáros (1989), um processo de *tecnologização da ciência*. Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não pode tornar-se a sua *principal força produtiva*. Ela *interage* com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. *Não se sobrepõe no valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo*.

Esta interpenetração entre atividades laborativas e ciência parece-nos, portanto, mais complexa: o saber científico e o saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo contemporâneo *sem que o primeiro se sobreponha ao segundo*. As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais à nova máquina que resulta deste processo.

Estabelece-se, então, um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, que não pode levar à extinção do trabalho. Este processo de retro-alimentação impõe ao capital a necessidade de encontrar *uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada*, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico.

Com a conversão do *trabalho vivo em trabalho morto*, a partir do momento em que, pelo desenvolvimento dos *softwares*, a máquina informacional passa a desempenhar atividades próprias da inteligência humana, o que se pode presenciar é, para usar uma expressão de Lojkin (1995), um processo de *objetivação das atividades cerebrais junto à maquinaria*, de transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada. A transferência de capacidades intelectuais para a maquinaria informatizada, que se converte em linguagem da máquina própria da fase informacional, através dos computadores, acentua a transformação de *trabalho vivo em trabalho morto*.

Outra tendência operada pelo capital, na fase da reestruturação produtiva, no que concerne à relação entre trabalho e valor, é aquela que *reduz os níveis de trabalho improdutivo dentro das fábricas*. A eliminação de várias funções como *supervisão, vigilância, inspeção, gerências intermediárias etc.*, medida que se constitui em elemento central do toyotismo e da empresa capitalista moderna com base na *lean production*, visa transferir e incorporar ao trabalho *produtivo*, atividades que eram anteriormente feitas por trabalhadores *improdutivos*. Reduzindo o trabalho improdutivo, através da sua incorporação ao próprio trabalho produtivo, o capital se desobriga de *parcela* do conjunto de trabalhadores que não participam diretamente do processo de criação de valores.

Além da redução do trabalho improdutivo, há outra tendência dada pela crescente imbricação entre trabalho *material* e *imaterial*, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, a expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas outras. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades *imbricadas* com o trabalho produ-

tivo, mostra-se como outra característica importante da *noção ampliada de trabalho*, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo.

Dado que no mundo da tecno-ciência, a produção de conhecimento torna-se um elemento importante da produção de bens e serviços, pode-se dizer que, com J. M. Vincent (1995) os saberes dos trabalhadores constituem-se numa característica central da capacidade de trabalho em geral, apresentando-se cada vez mais como força de trabalho inteligente, que reage às situações produtivas em mutação, equacionando seus problemas. Tudo isso evidencia, no universo das empresas produtivas e de serviços, um alargamento e ampliação das atividades denominadas *imateriais*.

As novas dimensões e formas de trabalho vêm trazendo um *alargamento, uma ampliação e uma complexificação da atividade laborativa*, de que a expansão do trabalho imaterial é exemplo. Trabalho *material e imaterial*, na imbricação crescente que existe entre ambos (com a nítida prevalência do trabalho material, não é demais enfatizar), encontram-se, entretanto, *centralmente subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital*. Desse modo, as formas de produção material e imaterial tornam-se cada vez mais subordinadas a uma produção crescente de conhecimento que se convertem em mercadorias e capital, para lembrar novamente J.M. Vincent (1993. Ver também Tosei, 1995).

Desse modo, a alienação ou, mais precisamente o *estranhamento (Entfremdung)* do trabalho encontra-se, em sua essência, preservado. Ainda que fenomenicamente minimizado pela redução da separação entre o elaboração e a execução, pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas, a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas de ponta é expressão de uma *existência inautêntica* e estranhada, para recorrer à formulação de N. Tertulian (1993). Além do *saber* operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, *re-transfere o savoir faire* para o trabalho, mas o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão *intelectual*, das suas capacidades cognitivas, *procurando envolver* mais forte e intensamente a subjetividade operária.

Mas o processo não se restringe à esta dimensão, uma vez que parte do *saber intelectual* é transferido para as máquinas informatizadas, que se tornam *mais inteligentes, reproduzindo parte das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho*. Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior *interação* entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, neste processo, o *envolvimento interativo* aumenta ainda mais o *estranhamento do trabalho*, amplia as formas modernas da *reificação*, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada.

Se o estranhamento permanece e mesmo se complexifica nas atividades de ponta do ciclo produtivo, naquela parcela aparentemente mais “estável” e inserida da força de trabalho que exerce o *trabalho intelectual abstrato*, o quadro é ainda mais intenso nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário, precarizado, para não falar nos crescentes contingentes que vivenciam o desemprego estrutural. Sob a condição da precarização ou da expulsão do trabalho, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade.

Estamos assistindo à eclosão de inúmeras manifestações de revolta contra os estranhamentos, daqueles que são expulsos do mundo do trabalho e, conseqüentemente, impedidos de vivenciarem uma vida dotada de algum sentido. No polo mais intelectualizado da classe trabalhadora, que exerce seu *trabalho intelectual abstrato*, as formas de reificação têm uma concretude particularizada, mais complexificada (mais “*humanizada*” em sua essência *desumanizadora*), dada pelas novas formas de “envolvimento” e interação entre trabalho vivo e maquinaria informatizada. Nos estratos mais penalizados pela precarização/exclusão do trabalho, a reificação é *diretamente* mais desumanizada e brutalizada em suas formas de vigência. O que compõe o quadro contemporâneo dos estranhamentos ou das alienações no mundo do capital, diferenciados quanto à sua incidência, mas vigente enquanto manifestação que atinge a totalidade da *classe-que-vive-do-trabalho*.

No contexto do capitalismo tardio, a tese habermasiana da *pacificação dos conflitos de classes* (Habermas, 1992) encontra-se hoje sofrendo forte questionamento. Não só o *welfare state* vem desmoronando no relativamente escasso conjunto de países onde ele teve efetiva vigência, como também as mutações presenciadas no interior do *Estado intervencionista* acentuaram seu sentido fortemente privatizante. Deste quadro cheio de mutações, vem desintegrando também, e de maneira crescente, a base empírica *limitada* de sustentação da crítica habermasiana à pacificação das lutas sociais. E, mesmo quando este projeto apresenta-se vitorioso eleitoralmente, ele está cada vez mais distanciado dos valores do reformismo social-democrático que vigorou no pós-guerra.

Com a erosão crescente do *welfare state* (e o conseqüente enfraquecimento de seu sistema de seguridade social), ao longo das últimas décadas, e em particular dos anos 90, a expressão *fenomênica e contingente* da *pacificação dos conflitos de classes* - que Habermas queria conferir estatuto de determinação - vem dando mostras crescentes de envelhecimento precoce. O que era uma suposta crítica exemplificadora da “incapacidade marxiana de compreender o capitalismo tardio” (que Habermas endereçou a Marx), mostra-se em verdade uma fragilidade do *constructo* habermasiano.

As recentes ações de resistência dos trabalhadores parecem, em verdade, sinalizar em direção oposta e exemplificam as formas contemporâneas de confrontação assumidas entre o *capital social total* e a *totalidade do trabalho*. E uma dessas lutas centrais é aquela voltada para a redução da jornada (ou do tempo) de trabalho. É o que trataremos a seguir, na parte final de nosso texto.

A luta pela redução da jornada diária (ou do *tempo* semanal) de trabalho tem sido uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho, uma vez que se constitui num mecanismo de contraposição à extração do sobre-trabalho, realizado pelo capital, desde sua gênese com a revolução industrial e contemporaneamente com a acumulação flexível da era do toyotismo e da máquina informacional. Desde o advento do capitalismo que a redução da jornada de trabalho mostra-se como central na ação dos trabalhadores, *condição preliminar*, conforme disse Marx, para uma vida emancipada.

Nos dias atuais, esta formulação ganha ainda mais concretude, pois mostra-se, *contingencialmente*, como um mecanismo importante (ainda que, quando considerado isoladamente, bastante limitado) para tentar *minimizar* o desemprego estrutural que atinge um conjunto enorme de trabalhadores e trabalhadoras. Mas *transcende* em muito esta esfera da *imediatez*, uma vez que a discussão da redução da jornada de trabalho configura-se como um ponto de partida decisivo, ancorado no universo da vida cotidiana, para, por um lado, permitir uma reflexão fundamental sobre o tempo, o tempo de trabalho, o autocontrole sobre o *tempo de trabalho e o tempo de vida*. E, por outro, ao possibilitar o afloramento de uma vida *dotada de sentido fora do trabalho*.

Com isso entramos em outro ponto crucial, que se constitui no eixo central de nosso livro *Os Sentidos do Trabalho*: uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado* com tempo (*verdadeiramente*) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará *maculada* pela *desejetivação* que se dá no interior da vida laborativa.

Como o sistema global do capital dos nossos dias abrange também as esferas da *vida fora do trabalho*, a *desejetivação da sociedade do consumo* tem como corolário imprescindível a *desejetivação no modo de produção* das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona *decisivamente* a ação pelo *tempo livre* com a luta contra a lógica do capital e a vigência do *trabalho abstrato*.

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela *omnilateralidade humana*, somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre *tempo de trabalho e tempo de não-trabalho*, de modo que, a partir de uma *atividade vital* cheia de sentido,

autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Tecida por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, onde ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Em formas inteiramente novas de sociabilidade, onde liberdade e necessidade se realizem mutuamente. Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) através da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do ócio, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

Se o fundamento da ação coletiva for voltada radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, a luta imediato pela redução da jornada ou do tempo de trabalho torna-se inteiramente compatível com o direito ao trabalho (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente complementares. E o empreendimento societal por um trabalho cheio de sentido e pela vida autêntica fora do trabalho, por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre e autônomo fora do trabalho – ambos, portanto, fora do controle e comando opressivo do capital - convertem-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação.

O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado também o tempo de produção destrutivo e supérfluo (esferas estas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do sentido estruturante do trabalho vivo, contra o sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital. Isto porque, sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital, desestrutura o ser social. O trabalho assalariado que dá sentido ao capital, gera uma subjetividade inautêntica no próprio ato de trabalho. Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá desestruturado o capital. E esse mesmo trabalho auto-determinado que tornou sem sentido o capital, gerará as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando um novo sentido ao trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ACKERS, Peter, SMITH, Chris, SMITH, Paul. (org.) 1996. *The New Workplace and Trade Unionism: Critical Perspectives on Work and Organization*, Routledge, Londres.



- \_\_\_\_\_. 1996. "Against All Odds?: British Trade Unions in the New Workplace" in: ACKERS, Peter, SMITH, Chris, SMITH, Paul. (org.) 1996. *The New Workplace and Trade Unionism: Critical Perspectives on Work and Organization*, Routledge, Londres.
- ANTUNES, Ricardo. 1995. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, Ed. Cortez/Ed. Unicamp, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 1999. *Os Sentidos do Trabalho (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho)*, Ed. Boitempo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 2005. *O Caracol e sua Concha: Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho*, Boitempo, São Paulo.
- BEYNON, Huw. 1995 "The Changing Practices of Work", *International Centre for Labour Studies*, Manchester.
- BIHR, Alain. 1998. *Da "Grande Noite à "Alternativa"*, Editora Boitempo, Coleção *Mundo do Trabalho*, São Paulo, São Paulo.
- CASTILLO, Juan J. 1996. *Sociologia del Trabajo*, CIS, Madri.
- \_\_\_\_\_. 1996a. "A la Búsqueda del Trabajo Perdido", in Perez-Agote, A. e Yucera, I., *Complejidad y Teoría Social*, CIS, Madri.
- CORIAT, Benjamin. 1992. *Pensar al Revés (Trabajo y Organización en la Empresa Japonesa, Siglo XXI, México/Madri*.
- DAVIS, Jim, HIRSCHL, Thomas e STACK, Michael. 1997. *Cutting Edge: Technology, Information, Capitalism and Social Revolution*, Verso, Londres/Nova Iorque.
- GORZ, Andre. 1990. "The New Agenda", *New Left Review*, n. 184, London.
- GOUNET, Thomas. 1997 "La Stratégie 'Japonaise' de Iorissen", *Etudes Marxistes*, n. 37, maio/junho, Bruxelas.
- \_\_\_\_\_. 1992. "Penser à L'envers...Le Capitalisme", *Dossier Toyotisme, Etudes Marxistes*, n. 14, maio, Bruxelas.
- \_\_\_\_\_. 1991. "Luttes Concurrentielles et Stratégies D'accumulation dans L'industrie Automobile", *Etudes Marxistes*, n. 10, maio, Bruxelas.
- HABERMAS, Jürgen. 1991. *The Theory of Communicative Action (Reason and the Rationalization of Society)*, Vol. I, Polity Press, Londres.

\_\_\_\_\_. 1992. *The Theory of Communicative Action (The Critique of Functionalist Reason)*, Vol. II, Polity Press, Londres.

\_\_\_\_\_. 1975. "Técnica e Ciência como 'Ideologia'", *Os Pensadores*, Ed. Abril, São Paulo

HARVEY, David. 1996. "Flexible Accumulation through Urbanization", in AMIN, Ash (editor). *Post-Fordism.*, Oxford, UK and Cambridge, USA: Blackwell Publishers.

\_\_\_\_\_. 1992. *A Condição Pós-Moderna*, Ed. Loyola, São Paulo.

ICHIYO, Muto. 1995. *Toyotismo: Lucha de Classes e Innovacion Tecnologica en Japon*, Ed. Antidoto, Buenos Aires.

JAPAN PRESS WEEKLY (1998), fevereiro, Tóquio.

KAMATA, Satoshi. 1982. *Japan in the Passing Lane- An Insider's Account of Life in a Japanese Auto Factory*, Pantheon Books, Nova Iorque.

KURZ, Robert. 1992. *O Colapso da Modernização*, Ed. Paz e Terra, São Paulo.

LOJKINE, Jean. 1995. "De La Révolution Industrielle à la Révolution Informationnelle", in BIDEZ, Jacques e TEXIER, Jacques, op. cit.

MARX, Karl. (1978) *Capítulo VI (Inédito)* Ed. Ciências Humanas, São Paulo.

MÉDA, Dominique. 1997. *Società Senza Lavoro (Per Una Nuova Filosofia Dell'Occupazione*, Feltrinelli, Milão.

MÉSZÁROS, István. 1989 *The Power of Ideology*, Harvester Wheatsheaf, Nova Iorque, Londres, Toronto, Sidney, Tóquio.

OFFE, Claus. 1989. "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?", *Trabalho & Sociedade*, Vol. I, *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro.

POLLERT, Anna. 1996. "'Team work' on the Assembly Line: Contradiction and the Dynamics of Union Resilience", in ACKERS, Peter, SMITH, Chris, SMITH, Paul. (org.) 1996. *The New Workplace and Trade Unionism: Critical Perspectives on Work and Organization*, Routledge, Londres.

SHIMIZU, Koichi. (1994) "Kaizen et Gestion du Travail: Chez Toyota Motor et Toyota Motor Kyushu-Un Problème dans la Trajectoire de Toyota", *GERPISA Réseau Internationale*, junho, Paris.

TERTULIAN, Nicolas. (1993) "Le Concept D'Aliénation chez Heidegger et Lukács", *Archives de Philosophie- Reserches et Documentation* 56, julho/setembro, Paris.

TOMANEY, John. 1996. "A New Paradigm of Work Organization and Tecnology?", in AMIN, Ash (editor). *Post-Fordism*,. Oxford, UK and Cambridge, USA: Blackwell Publishers

TOSEL, André. (1995) "Centralité et Non-Centralité du Travail ou La Passion des Hommes Superflus", in BIDEET, Jacques e TEXIER, Jacques, *op. cit.*

VINCENT, J. Marie. (1995) "Flexibilité du Travail et Plasticité Humaine", in BIDEET, Jacques e TEXIER, Jacques, *op. cit.*

\_\_\_\_\_. (1993[2]) "Les Automatismes Sociaux et le 'General Intellect'", in *Paradigmes du Travail, Futur Antérieur*, n. 16, L'Harmattan, Paris.

## NOTAS

1- Este texto retoma idéias apresentadas e desenvolvidas em nosso livro *Os Sentidos do Trabalho*, Boitempo Editorial, São Paulo.

## DIMENSÕES E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SUAS RESPOSTAS

Ricardo Antunes

### RESUMO

O texto analisa as mutações em curso como expressão da reorganização do capital, com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e do projeto global de dominação. Parte do pressuposto que o padrão de acumulação flexível que articula um conjunto de elementos de continuidade e *descontinuidade*, acabam por conformar um novo paradigma relativamente distinto do padrão taylorista/fordista de acumulação.

**Palavras-Chave:** Capital – Trabalho - Reestruturação Produtiva

### ABSTRACT

This paper analyses the recent changes as expression of the process of restructuring of the Capital intended to reorganize the pattern of accumulation and its global project of domination. The author takes the presupposition that the paradigm of flexible accumulation articulates some elements of continuity and discontinuity that conforms a new paradigm relatively distinct of the taylorist/fordist paradigm of accumulation.

**Key-Words:** Capital – Work - Productive Restructuring

